

# Desafio de 1999 é equilibrar as contas

*Brasil precisa cumprir as metas acertadas com o FMI para afastar os riscos externos e garantir a retomada do desenvolvimento*

Ricardo Leopoldo  
Da equipe do Correio

**S**ão Paulo — O Brasil enfrentará muitas dificuldades em 1999. Atingido duramente pela crise financeira internacional, o País terá de conviver com recessão, que significa queda no consumo, redução na produção, aumento do desemprego e eventuais falências de empresas. Para superar esse quadro pouco animador, o presidente Fernando Henrique Cardoso terá a árdua tarefa de equilibrar as contas públicas no segundo mandato. Nesse período, o governo precisará fazer uma economia de R\$ 100,4 bilhões e deve cortar investimentos ou aumentar impostos.

Somente em 1999, o país deve conseguir uma economia de R\$ 28 bilhões. Esse esforço fiscal é fundamental para receber neste ano uma parcela de US\$ 27 bilhões do empréstimo de US\$ 41,5 bilhões prometido pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), bancos de desenvolvimento e 20 países, entre eles Estados Unidos e Japão. Se não cumprir as metas firmadas com o FMI, a ajuda não virá, o que pode provocar uma nova fuga de capital estrangeiro.

Para fechar as contas externas até dezembro, o governo precisará de US\$ 59 bilhões, calcula o economista do Citibank, Robério Costa. Ele acredita que sem os recursos, o país mergulhará num turbilhão financeiro de desfecho imprevisível. Nesse caso, a desvalorização do real seria inevitável, prevê Costa. FHC sabe que precisará diminuir neste ano o déficit público nominal (despesas superiores aos gastos, incluindo os juros) de R\$ 72 bilhões para R\$ 42 bilhões. Se isso ocorrer, aumentarão as chances da economia reagir e diminuir o tamanho da crise.

Estimativas mais otimistas, como a do professor José Mário Camargo (PUC-RJ), apontam que o Produto Interno Bruto (PIB) vai recuar 1% em 1999. Os mais pessimistas, como Arturo Porzecanski, diretor do banco ING Baringsm, em Nova York, acreditam que a queda será de 3%.

## TESTE

A superação dessas dificuldades será um teste político para o PSDB, partido do presidente. "A sobrevivência dos tucanos no governo depende do desempenho fiscal do país em 1999. Se seguirmos o ajuste acertado com o FMI, teremos fortes chances de elegermos o sucessor", comenta o senador Carlos Wilson (PE). "Precisamos austeridade nos gastos públicos. Mas em 2000, o país iniciará o crescimento, que poderá se aproximar a 4% em 2001", afirma o deputado federal Artur Virgílio (AM), secretário-geral do partido.

Um dos grandes desafios de Fernando Henrique é cortar 41,6% do rombo dos cofres da União, incluindo estados e municípios. A providência é necessária para redu-

rir a vulnerabilidade do País — altamente dependente de recursos estrangeiros para o financiamento do déficit público — às crises externas.

Desde 1995, o governo apostou que os investidores não rejeitariam os juros elevados oferecidos pelo Banco Central. Os problemas asiáticos, em outubro de 1997, afugentaram do Brasil US\$ 9,3 bilhões. Dez meses depois, Moscou declarou uma moratória de US\$ 40 bilhões, provocando a revoada de recursos dos países emergentes.

Em setembro, havia um temor nas principais praças financeiras do mundo, como Nova York e Londres, de que o Brasil seguiria o calote russo. Assustados, bancos, empresas e fundos de investimento deixaram o US\$ 25 bilhões das reservas cambiais. O governo percebeu que a "posta", na dependência dos capitais externos precisava acabar. O modelo econômico teria de mudar, pois o financiamento externo se cou. Foi preciso pedir US\$ 41,5 bilhões ao FMI para garantir em 1999 o pagamento dos compromissos internacionais.

## DESENVOLVIMENTO

O novo mandato do presidente começa com mudanças. Destaca-se o Ministério do Desenvolvimento. Com ele, o governo deverá adotar suavemente novos rumos na economia: ganha força o aumento das exportações, crescimento das micro e pequenas empresas, mais atenção na geração de empregos.

Perde poder a política do governo de usar juros altos para compensar a incapacidade da União de poupar. Essa prática elevou a dívida interna de R\$ 153,1 bilhões de dezembro de 1994 para os R\$ 358,9 bilhões de setembro de 1998. No primeiro mandato do presidente, os juros anuais nunca foram inferiores aos 18,2% de agosto passado. A taxa mais alta atingiu 68% em março de 1995. "Gustavo Franco e Francisco Lopes, a dupla que manda no BC, são bem intencionados, mas só fazem maldades. Eles não sabem como garantir a expansão econômica e social do Brasil por décadas", comenta um dos principais acadêmicos do país, amigo pessoal de ambos.

Para analistas econômicos e políticos próximos ao presidente, o Ministério do Desenvolvimento fará muito pouco em 1999, pois o crescimento do país será fraco. Mas a partir do próximo ano há fortes expectativas de que a pasta se torne o principal motor de expansão do setor produtivo, pois contará com os R\$ 18 bilhões do orçamento do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). "Bons resultados no controle das despesas afastarão o pessimismo dos investidores", comenta o deputado Artur Virgílio.

"Os juros cairão, as aplicações de recursos no Brasil aumentarão e o governo entrará numa rota virtuosa nos dois últimos anos de mandato; com economia estável, sem



desvalorizações abruptas.

Mas estimular a expansão do setor produtivo não será nada fácil. O professor de economia Luis Roberto Cunha (PUC-RJ) alerta que não haverá evolução sem que o crédito dos bancos se torne bem fluído para as pequenas e médias empresas. "É preciso acabar com a cobrança de juros muito elevados, tanto na concessão de empréstimos às companhias como no repasse de empréstimos do BNDES".

Para que 1999 dê certo, analistas apontam que o Brasil terá de seguir três regras: aprovar a elevação da CPMF, atrair financiamentos externos e cumprir os objetivos fiscais para 1999 sem desvios, diz Paulo Leme, diretor do banco de investi-

mentos Goldman & Sachs.

Leme prevê três grandes riscos na implementação do pacote fiscal fechado com o FMI: um deles é a recessão ser pior do que o esperado, o que diminuirá as receitas federais.

Se a economia cair 2% em 1999, a arrecadação diminuirá 0,25% do produto interno, ou R\$ 2,23 bilhões.

Outra dúvida é o controle duvidoso dos gastos pelos estados e municípios. Há preocupações também com os juros, que poderão ficar altos se não cessar a fuga de capitais. Segundo o governo, os juros médios neste ano não superarão 21,89%. Se o país não conseguir restaurar a credibilidade junto aos investidores, será muito provável que as taxas permane-

çam altas para atrair capitais. Isso trará um forte impacto nas contas públicas, aumentando a dívida interna, que não poderá passar de 46,7% do PIB em 1999.

Para Leme, cada ponto percentual de juros médios, acima dos 21,89% previstos aumentará os gastos do governo em 0,3% do PIB. Caso os juros médios anuais fechem neste ano em 22,89%, por exemplo, haveria um impacto sobre o déficit público nominal. O limite de R\$ 42 bilhões de gastos será aumentado em R\$ 2,68 bilhões. Se os juros ficarem ainda mais altos, atingindo 23,89% ao ano, o déficit nominal saltaria para R\$ 47,3 bilhões, R\$ 5,3 bilhões acima do número acertado com o Fundo.

## MEMÓRIA

### PREVISÕES QUE NÃO SE CONFIRMAM

**S**ão Paulo — Havia uma pedra no meio do caminho. O verso de um poema de Carlos Drummond de Andrade talvez sirva como justificativa para os analistas que erraram previsões para a economia em 1998. A pedra no caminho foi a moratória russa, declarada em agosto, que provocou uma das piores crises financeiras do mundo nos últimos 50 anos.

Dos sete economistas ouvidos pelo Correio no final de novembro de 1997, três deles, Edmar Bacha, o deputado federal Delfim Netto (PPB-SP) e Fábio Giambiagi (BNDES) estimaram um crescimento de 1,5% para 1998. A expansão deverá ficar pouco menor que 0,5%, como acertou Paulo Leme, diretor da Goldman & Sachs.

A queda da expansão do país derrubou a inflação do ano passado. A taxa medida pelo IPC da Fipe acumulava um número negativo de 1,67% até novembro. Leme errou menos, mas estimou que os preços subiriam 3%. Bacha ficou entre 3% e 3,5%. Carlos Ivan Simonsen Leal, professor da FGV-RJ, e Delfim Netto, previram uma inflação de 4% no ano.

O diretor da Goldman & Sachs, contudo, fez a previsão mais distante sobre o buraco das contas internacionais do país. Ele previu um rombo de US\$ 25 bilhões, mas o número deverá ficar em US\$ 32 bilhões.

Todos erraram feio o número do déficit público nominal (despesas maiores que receitas, com juros). O governo já assumiu que a taxa ficará pelo menos em 8,1% do Produto Interno Bruto (PIB). Delfim Netto foi quem errou menos, mas ficou longe do acerto: previu 5% do PIB. Os economistas-chefes do Citibank, Carlos Kawall, do Chase Manhattan, Nilson Teixeira e Paulo Leme, acreditaram em 4%. Edmar Bacha foi otimista demais: cravou 3,5% do PIB.

Nem só de erros marcaram as previsões. Quatro acertaram a taxa de desemprego. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) apurou a média de 7,71% de janeiro a novembro de 1998. Edmar Bacha, Paulo Leme, Carlos Simonsen Leal e Nilson Teixeira avaliaram 8% para o ano inteiro. Delfim Netto preferiu 7% e Fábio Giambiagi ficou com 6,5%. "Essas estimativas são chutes. Passam perto da realidade, mas é impossível prever o futuro", ironiza Delfim. (RL)